

## O DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2014 A 2016 DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira, ana.bela.teixeira@esce.ips.pt  
Carlos Manuel Severino da Mata, carlos.mata@esce.ips.pt  
Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho Pardal, pedro.pardal@esce.ips.pt  
Nuno Miguel Delicado Teixeira, nuno.teixeira@esce.ips.pt  
Escola Superior de Ciências Empresariais do  
Instituto Politécnico de Setúbal  
Campus do IPS, Estefanilha  
2914-503 Setúbal (Portugal)

### RESUMO

A informação contabilística na Administração Pública em Portugal, acompanhando a evolução quer do normativo internacional para o setor público, quer do normativo nacional aplicado no setor privado, aprovou, em 2015, o SNC-AP que veio revogar o POCP e os seus planos setoriais a partir de 1 de janeiro de 2018, mantendo-se todavia a obrigatoriedade da aplicação dos três subsistemas contabilísticos, dos quais destacamos neste estudo, a contabilidade orçamental e a sua importância na avaliação do desempenho orçamental, nos municípios do distrito de Setúbal. Assim, para o período de 2014 a 2016, apresenta-se, para os municípios do distrito de Setúbal, com base na informação da contabilidade orçamental, a análise da: receita cobrada, receita própria, despesa paga, despesa corrente vs. despesa capital, despesa com pessoal e grau de cobertura da despesa pela receita.

### ABSTRACT

The accounting information for the Portuguese Public Administration enhanced recently, with both, the international standards for the public sector and the Portuguese accounting regulations applied to the private sector. This evolution based on the approval, in 2015, of the SNC-AP, revoked the previous accounting normative for the public sector, including the sector plans, and its implementation is expected for January 1, 2018. The new normative, maintain its basis on the three accounting subsystems, including budget accounting which is highlighted in this study, due to its importance in assessing budgetary performance of the municipalities of Setúbal district. Thus, based on the budget accounting of these municipalities, for the period from 2014 to 2016, we analyze: total revenue received, own revenue, paid expenditure, current expenditure vs. capital expenditure, labor expenses, and degree of coverage of expenditure by the revenue.

**Palavras chave:** Contabilidade orçamental, POCP, SNC-AP, desempenho orçamental.

**Key Words:** Budgetary accounting, POCP, SNC-AP, budgetary performance.

### 1 - INTRODUÇÃO

Em Portugal, as entidades contabilísticas do Setor Público Administrativo (SPA), nos últimos anos, têm passado por “modificações estruturais importantes em matéria de preparação e divulgação da informação contabilística” (Frade, 2003:13) e a publicação do Decreto-Lei n.º 232/97 de 3 de setembro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), à data, foi um ponto de viragem na contabilidade da Administração Pública. Este plano, quando publicado, apresentou-se como um marco conceptual da contabilidade pública, onde posteriormente se enquadraram os planos setoriais publicados para a saúde, autarquias locais, ensino e instituições de solidariedade social (Carvalho e Ribeiro, 2004) e (Carvalho *et al*, 2005).

Todavia, o distanciamento do POCP e respetivos planos setoriais, quer do atual normativo nacional para o setor privado e empresas públicas, quer do normativo internacional aplicado no setor público, fez com que fosse publicado em 2015, pelo Decreto-lei (DL) nº 192/2015 de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que após adiamento, entra em vigor a 1 de janeiro de 2018.

No que respeita aos subsistemas contabilísticos obrigatórios nas administrações públicas, quer o POCP quer o SNC-AP, apresentam a mesma obrigatoriedade, ou seja, ambos obrigam à implementação da contabilidade orçamental, da contabilidade patrimonial (POCP)/contabilidade financeira (SNC-AP) e da contabilidade analítica (POCP)/contabilidade de gestão (SNC-AP). Ao nível do plano de contas previsto, por subsistemas contabilísticos, há também similitudes, uma vez que, ambos destinam a classe zero à contabilidade orçamental, a classe 9 à contabilidade analítica ou de gestão e as classes 1 a 8, à contabilidade patrimonial/financeira.

Salienta-se também que, quer no POCP quer no SNC-AP, é obrigatório que os registos contabilísticos efetuados reflitam toda a informação relativa à aprovação (abertura), alterações, execução, e encerramento do orçamento, que nas administrações públicas é um documento obrigatório de excelência. Todavia, por exigência também desses normativos, a informação contabilística terá também de, para além de evidenciar o cumprimento da legalidade, permitir analisar o desempenho orçamental e económico e financeiro das entidades contabilísticas, nomeadamente nas autarquias locais, através da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, até 31 de dezembro de 2017, ou da aplicação do SNC-AP, a partir de 1 de janeiro de 2018.

Neste sentido, o presente estudo, tem como principal objetivo, efetuar, com base na informação contabilística, uma análise comparativa do desempenho, ao nível orçamental, dos municípios do distrito de Setúbal, através do cálculo de um conjunto de indicadores também apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e desenvolve-se em quatro pontos. Após uma breve introdução, apresentamos o ponto relativo à informação contabilística e à análise orçamental onde fazemos uma breve retrospectiva dos normativos vigentes e do SNC-AP, enquadrando neles a contabilidade orçamental aplicada nos municípios. Seguidamente, para atingir o objetivo proposto, com base na informação contabilística de 2014 a 2016, dos municípios do distrito de Setúbal, apresentamos, em diferentes tabelas, os valores obtidos em cada indicador selecionado, tendo em conta, sempre que possível, a média nacional, evidenciada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. (AFMP). Por fim, serão apresentadas as conclusões e a bibliografia de referência.

## **2 – A INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E A ANÁLISE ORÇAMENTAL**

Aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, o SNC-AP, que inicialmente entrava em vigor no dia 1 de janeiro de 2017, mas que posteriormente foi adiado para 1 de Janeiro de 2018, vem revogar, de acordo com o seu artigo 17º, o Plano Oficial de Contabilidade Pública, bem como todos os seus planos setoriais, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), o Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação (POC-Educação) e o Plano Oficial das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

### **2.1 – DO POCP AO SNC-AP**

A estrutura do sistema português de Contabilidade Pública assenta, atualmente, na articulação de três subsistemas contabilísticos, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, com base num plano geral, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (Decreto lei nº 232/1997, de 3 de setembro) e, em quatro planos setoriais, o POCAL (Decreto – Lei nº 54 – A/1999, de 22 de fevereiro), o POCMS (Portaria nº 898/2000, de 28 de setembro), o POC-Educação (Portaria nº 794/2000, de 20 de setembro) e o POCISSSS (Decreto - Lei nº 12/2002, de 25 de janeiro).

O POCP, na sua estrutura e desenvolvimento justifica a publicação de planos setoriais uma vez que, no que se refere à contabilidade orçamental e financeira, estabelece e apresenta detalhadamente, para além do plano de contas a aplicar, a forma de implementação e a informação a obter, deixando livre a classe 9 do plano de contas, para a contabilidade analítica cujo detalhe de implementação é apresentado, por setor, nos planos setoriais que posteriormente foram aprovados. Estes planos são até à presente data, a base do sistema de informação contabilística no Setor Público Administrativo e devem permitir, para além do controlo do cumprimento da legalidade, a análise e avaliação das decisões tomadas e apoiar as decisões futuras.

Carvalho *et al* (2005) e Carvalho e Ribeiro (2004) referem que o POCP se apresentava à data, como um marco conceptual onde se enquadravam os planos setoriais publicados reforçando que, a publicação do POCP e dos planos sectoriais representavam um marco importante da reforma da contabilidade pública em Portugal.

No entanto, a implementação em Portugal, no setor privado e nas empresas públicas, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que veio revogar o Plano Oficial de Contabilidade, plano esse que tinha estado na base do POCP, fez com que este plano, ficasse desatualizado. Na sequência desta realidade, surge em 2015, um novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas consistente com o SNC e as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (Teixeira, 2016). A reforma resultante da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, vem resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes no normativo aplicável no Setor Público Administrativo dotando as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais próximo dos normativos que atualmente são adotados a nível internacional (Teixeira e Ascenso, 2016).

O SNC-AP também impõe, à semelhança do POCP, a articulação e implementação dos subsistemas de contabilidade, orçamental, financeira (patrimonial) e de gestão (analítica). Especificamente, o SNC-AP, integra para além da estrutura conceptual, 27 Normas de Contabilidade Pública (NCP) (nas quais se inclui uma norma relativa à contabilidade orçamental (NCP26) e outra de contabilidade de gestão (NCP27)), e o Plano de Contas Multidimensional (PCM). O SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local.

No quadro nº1 apresentam-se, de acordo com o DL nº 192/2015 de 11 de setembro, os objetivos dos três subsistemas contabilísticos previstos no SNC-AP:

Quadro nº 1 – Subsistemas contabilísticos previstos no SNC-AP

Contabilidade Orçamental	Contabilidade Financeira	Contabilidade de Gestão
“Visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental” (Ponto 2 do Artigo 4º)	“Permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa...” (Ponto 3 do Artigo 4º)	” Permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos” (Ponto 4 do Artigo 4º)
(Classe 0 do plano de contas)	(Classes 1 a 8 do plano de contas)	(O plano de contas não refere classe)

Fonte: DL nº 192/2015 de 11 de setembro.

“O SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constante, respetivamente, dos anexos I a III ao presente decreto-lei, e que dele fazem parte integrante” (artigo 2 do DL nº 192/2015). O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, é aplicável a todos os organismos da administração central, regional e local à exceção dos que têm natureza, forma e designação de empresa e a sua aplicação é obrigatória a partir de dia 1 de janeiro de 2017, data esta que foi posteriormente adiada para 1 de janeiro de 2018 (com a publicação do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, a adoção do SNC-AP foi prorrogada por um ano (Portaria nº 128/2017 de 5 de abril)).

## 2.2 – A CONTABILIDADE ORÇAMENTAL NO POCP E NO SNC-AP

O Orçamento, é um documento formalmente escrito que quantifica os planos de ação previstos, normalmente para o período de um ano, e que deve pressupor objetivos sérios e atingíveis (Teixeira, e Ndeunyema. 2016). Nas entidades públicas, “o orçamento é mais do que uma ferramenta optativa de gestão, uma vez que, o Orçamento de Estado é aprovado pela Assembleia da República e por isso, assume características legais de aplicação, cumprimento e controlo, onde, num orçamento equilibrado, as despesas obrigatoriamente são, em valor, iguais às receitas. Assim, a contabilidade, nomeadamente a contabilidade orçamental tem, nas entidades contabilísticas, por objetivo fundamental, o acompanhamento do orçamento aprovado, desde a sua abertura até ao seu encerramento passando pela execução e modificação, com base num plano de contas elaborado na classe

zero. Deste modo ela é a responsável pelo registo do orçamento legalmente aprovado e de todo o processo de execução do mesmo, culminando na Conta Geral do Estado” (Pinto e Santos, 2005: 57).

Tal como já referido, com a publicação do POCP a contabilidade orçamental, é efetuada em partidas dobradas e está associada a um plano de contas da classe zero efetuando o acompanhamento do orçamento, no que se refere à despesa, desde a sua abertura até ao compromisso, passando por evidenciar também o cabimento e cada uma das alterações efetuadas ao orçamento. Todavia as fases associadas ao Processamento, Liquidação e Pagamento, são apenas registadas na contabilidade patrimonial, ainda que, na classe 2, seja utilizada a subconta da conta 25, a 252 – Credores por execução do orçamento, que é movimentada por classificação económica, quando se efetua a autorização de pagamento. Se por outro lado estivermos perante a execução da Receita, então verificamos que ela apenas se regista na contabilidade patrimonial, sendo utilizada a subconta 251 – Devedores pela execução do orçamento, quando se faz o registo contabilístico do processamento do recebimento (que é no momento do recebimento). Assim, qualquer das subcontas da conta 25 fica saldada. Para o caso da receita, pela anulação do direito a receber e o influxo de disponibilidades, e para o caso da despesa, pela anulação da obrigação para com terceiros e pelo exfluxo de disponibilidades.

Tendo como referência para a contabilidade orçamental, o normativo que entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, o SNC-AP, verificamos que, este subsistema é tratado especificamente numa Norma de Contabilidade Pública, a NCP26. Esta norma do SNC-AP, tem como objetivo regular a contabilidade orçamental, estabelecendo conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades, apresentando a seguinte estrutura: Objetivos; Âmbito; Definições; Ciclo Orçamental; Classificações orçamentais; Reconhecimento e mensuração; Consolidação; Plano de Contas da Contabilidade Orçamental; Finalidade das Demonstrações Orçamentais; Responsabilidade pelas Demonstrações Orçamentais; Componentes das Demonstrações Orçamentais; Anexos às Demonstrações Orçamentais.

Com base na NCP26, a contabilidade orçamental é processada de acordo com o método das partidas dobradas nas contas da classe zero e regista: a aprovação do orçamento, as alterações, a execução e o encerramento da contabilidade orçamental. As contas da classe zero previstas no plano, são as seguintes: 01 – Receita do período corrente; 02 – Despesa do período corrente; 03 – Receita de períodos futuros; 04 – Despesa de períodos futuros; 07 – Operações de tesouraria; 08 – Encerramento contabilidade orçamental e 09 – Contas de ordem.

Se se tiver em conta os tipos de regimes possíveis para a implementação da NCP26, (Regime geral, Regime simplificado e Micro entidades) verificamos que ela tem sempre obrigatoriedade de aplicação, tal como se pode verificar no quadro que se apresenta de seguida:

Quadro nº 2 – A obrigatoriedade de implementação dos três subsistemas contabilísticos, no regime geral, regime simplificado e micro entidades

	Regime Geral a)	Regime Simplificado b)	Micro Entidades c)
Contabilidade Orçamental	NCP 26	NCP 26	NCP 26
Contabilidade Financeira	Estrutura conceptual NCP 1 a NCP25 PCM	PCM	-
Contabilidade de Gestão	NCP 27	NCP 27	-

Fonte: Elaboração Própria.

- a) Regime geral - Entidades com montante global de despesa orçamental paga nas duas últimas prestações de contas superior a 5.000.000 € (Portaria nº 218/2016 de 9 de agosto).
- b) Regime simplificado - Entidades com montante global de despesa orçamental paga nas duas últimas prestações de contas superior a 1.000.000 € e inferior ou igual a 5.000.000 € (Portaria nº 218/2016 de 9 de agosto).
- c) Micro entidades - Entidades com montante global de despesa orçamental paga nas duas últimas prestações de contas inferior ou igual a 1.000.000 € (Portaria nº 218/2016 de 9 de agosto).

Ou seja, qualquer que seja o Regime aplicável, a NCP26 é sempre de aplicação obrigatória.

Nos dois quadros que de seguida se apresentam, evidenciamos a comparação dos registos efetuados na contabilidade orçamental (CO), relativos ao ciclo orçamental da receita e da despesa.

Quadro nº 3 - Comparação dos registos contabilísticos previstos na classe zero para as fases do ciclo orçamental da receita, entre o POCP e o SNC-AP

Ciclo Orçamental da receita	Registos na CO	
	POCP	SNC-AP
Abertura do orçamento da receita	Sim	Sim
Alterações ao orçamento da receita	Sim	Sim
Reconhecimento do direito (POCP)/Liquidação (SNC-AP)	Não	Sim
Processamento do recebimento <sup>a)</sup> (POCP) <sup>b)</sup>	Não	Não
Recebimento <sup>a)</sup> (POCP)/Cobrança (SNC-AP)	Não	Sim
Encerramento do orçamento da receita	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria

- a) Previsto no POCP para a movimentação na contabilidade patrimonial, por classificação económica, da subconta 251- Devedores pela execução do orçamento
- b) No SNC-AP é um ato administrativo.

Quadro nº 4 - Comparação dos registos contabilísticos previstos na classe zero para as fases do ciclo orçamental da despesa, entre o POCP e o SNC-AP

Ciclo orçamental da despesa	Registos na CO	
	POCP	SNC-AP
Abertura do orçamento da despesa	Sim	Sim
Alterações ao orçamento da despesa	Sim	Sim
Cabimento	Sim	Sim
Compromisso	Sim	Sim
Previsão do pagamento (Processamento) (POCP) / Obrigação <sup>a)</sup> (SNC-AP)	Não	Sim
Autorização de pagamento <sup>b) c)</sup>	Não	Não
Pagamento <sup>a) b)</sup>	Não	Sim
Encerramento do orçamento da despesa	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria

- a) De acordo com a NCP26 do SNC-AP, estes registos contabilísticos são efetuados simultaneamente na contabilidade orçamental e na contabilidade financeira, sendo que na primeira, são efetuados por classificação económica.
- b) Previsto no POCP para a movimentação, na contabilidade patrimonial, da subconta 252 – Credores por execução do orçamento, que é desdobrada por classificação económica.
- c) No SNC-AP é um ato administrativo.

Como se pode verificar, a proposta da NCP26 permite o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe zero.

Salienta-se ainda que, tudo o que foi referido relativamente à contabilidade orçamental previsto no POCP, é em tudo aplicável nos seus planos setoriais, (POCAL, POCMS, POC-Educação e POCISSSS), logo, a informação contabilística, relativa à contabilidade orçamental nas autarquias locais, é exatamente como a que foi apresentada, uma vez que são obrigadas a aplicar o POCAL.

## 2.3 – OS MUNICÍPIOS E O ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Um dos estudos de referência sobre o desempenho das Autarquias Locais, efetuado a nível nacional e a partir de indicadores calculados com base na informação contabilística, é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. O Anuário apresenta uma análise detalhada do desempenho orçamental e patrimonial dos municípios, sintetizando a avaliação do seu desempenho através de uma análise de diversos indicadores tendo por base a prestação de contas anual de cada município português (Teixeira *et al*, 2013).

Publicado anualmente desde 2003, o AFMP ao longo dos anos apresentou diversas alterações na estrutura e composição do documento sendo que, só a partir do ano de 2005, é que foi possível apresentar a amostra total dos 308 Municípios do país. Em 2006, foi apresentado pela primeira vez o *ranking* global dos 50 melhores Municípios, no ano de 2008, pela primeira vez, foram analisadas as contas das empresas municipais e serviços

municipalizados e em 2015, foi apresentado, pela primeira vez, o Anuário Financeiro das Freguesias Portuguesas do ano de 2014. O AFMP é normalmente organizado em seis capítulos, mas na edição de 2015 foi acrescentada a apresentação da análise das contas consolidadas dos grupos autárquicos (Teixeira e Ascenso, 2016).

Os municípios portugueses são bastante heterógenos, podendo apresentar dimensões muito distintas, o que tem efeito direto no valor dos indicadores calculados. Desta forma, é importante enquadrar os municípios por grandeza. O AFMP enquadra os municípios em três dimensões:

- Pequenos: população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- Médios: população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- Grandes: com população superior a 100.000 habitantes.

Na tabela nº1, identifica-se o número de municípios portugueses por dimensão, bem como o seu peso percentual a nível nacional. Podemos observar que os grandes municípios representam apenas 7,8% do total dos municípios, sendo os de pequena dimensão representativos 60,1% do total dos municípios portugueses.

Tabela nº 1 – Municípios Portugueses por Dimensão

Municípios de Grande Dimensão	Municípios de Média Dimensão	Municípios de Pequena Dimensão
24 Municípios	99 Municípios	185 Municípios
7,8%	32,1%	60,1%

Fonte: AFMP (2017)

### 3 – METODOLOGIA E ESTUDO DE CASO

#### 3.1 - METODOLOGIA

A metodologia deste estudo assenta numa análise de conteúdo procedendo-se à recolha e tratamento da informação mediante quadros e estatísticas descritivas. Para o cálculo e análise desses indicadores, efetuou-se a recolha dos principais documentos de prestação de contas dos municípios do distrito de Setúbal, nomeadamente, os Mapas de Execução Orçamental de Receita e de Despesa. Os mapas recolhidos referem-se aos anos de 2014 a 2016 e foram obtidos nos respetivos sítios na *Internet*, onde os municípios devem publicitar os seus documentos de prestação de contas (n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais).

Este estudo sobre os municípios do distrito de Setúbal, apresenta-se como uma extensão de trabalhos anteriores dos autores, onde se efetua uma análise orçamental detalhada do distrito em análise garantindo ainda a análise comparativa entre os seus municípios. Por outro lado, esta análise é efetuada para três anos (2014 a 2016) o que permite simultaneamente uma análise evolutiva do desempenho orçamental destas entidades.

#### 3.2 – CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

No distrito de Setúbal existem 13 municípios que no seu conjunto englobam uma área de 5.095 Km<sup>2</sup>. Na tabela nº2 identificam-se os municípios do Distrito de Setúbal onde se constata que existem 3 de grande dimensão, 6 de média dimensão e 4 de pequena dimensão, apresentando por isso, pesos percentuais diferentes dos valores nacionais. Em Setúbal são os municípios de média dimensão que apresentam um valor percentual mais elevado (46,1%).

Tabela nº 2 – Identificação dos Municípios do Distrito de Setúbal por Dimensão

Municípios de Grande Dimensão	Municípios de Média Dimensão	Municípios de Pequena Dimensão
Almada, Seixal e Setúbal	Barreiro, Moita, Palmela, Montijo, Sesimbra e Santiago do Cacém	Alcochete, Grândola, Sines e Alcácer do Sal
23,1%	46,1%	30,8%

Fonte: Elaboração Própria

Assim, comparando os municípios do distrito de Setúbal, com a realidade nacional, verificamos que há um peso diferente por dimensão nos municípios do distrito em estudo face à realidade nacional, tal como se evidencia na tabela nº 3.

Tabela nº 3 – Comparação, por dimensão, dos municípios a nível nacional e do distrito de Setúbal

	Municípios por dimensão a nível nacional		Municípios por dimensão no distrito de Setúbal	
Pequenos	185	60,1%	4	30,8%
Médios	99	32,1%	6	46,1%
Grandes	24	7,8%	3	23,1%
Total	308	100,0%	13	100,0%

Fonte: AFMP (2017).

### 3.3 – ESTUDO DE CASO

Nesta análise aos municípios do distrito de Setúbal iremos apresentar o seu posicionamento num conjunto de indicadores selecionados, a partir da análise dos documentos da sua prestação de contas. A seleção e cálculo dos indicadores tiveram por base a metodologia seguida no AFMP. Salientamos que este estudo não pretende evidenciar um *ranking* dos municípios, mas a apresentação ordenada por grandeza de valores. No âmbito dos municípios, excluimos as empresas municipais por estarem sujeitas ao Sistema de Normalização Contabilística e os serviços municipalizados ou outras instituições, por questões de exequibilidade (Teixeira *et al*, 2013).

Os mapas de controlo orçamental da receita e despesa efetuam uma síntese da realização do orçamento previsto. As tabelas que apresentamos de seguida identificam os principais resultados referentes à receita cobrada e despesa paga nos exercícios de 2014 a 2016, nos municípios do distrito de Setúbal, bem como o seu grau de execução e nível de evolução.

Para o cálculo e análise dos indicadores, foi necessário a recolha dos Mapas de Execução Orçamental de Receita e Despesa, individuais. Os mapas recolhidos dizem respeito aos anos de 2014, 2015 e 2016 e foram obtidos nos respetivos sítios na *Internet*, onde os municípios devem publicitar os seus documentos de prestação de contas de acordo com o n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais.

De seguida, nas tabelas nº 4 a nº 9 apresenta-se relativamente ao período de 2014 a 2016, para os municípios do distrito de Setúbal, a análise da: receita cobrada, receita próprias, despesa paga, despesa corrente vs. despesa capital, despesa com pessoal e grau de cobertura da despesa pela receita.

A tabela nº 4 identifica a receita cobrada pelos municípios do distrito de Setúbal, apresentando-se igualmente o seu grau de execução face à receita que foi inicialmente prevista. A tabela está ordenada pelo valor total de receita cobrada (ou executada) no ano de 2016, onde como expetável, se evidenciam os municípios com maior número de habitantes, nomeadamente Seixal com 119.995.532€ de receita, Setúbal com 83.277.495€ e Almada com 81.733.480€. Com menor valor de receitas encontram-se os municípios com menor número de habitantes ou de zonas de maior interioridade. Face ao ano de 2014, a posição dos municípios com maior e menor total de receitas manteve-se praticamente inalterada, embora se destaque a subida de posição do município do Barreiro.

A tendência de variação de 2014 para 2016 foi essencialmente positiva, sendo exceção a descida do nível de receitas nos municípios da Moita e Sesimbra. As subidas mais acentuadas referem-se aos municípios de Setúbal com 29,1% e do Barreiro com 25,4% de receitas totais. Pela média distrital de 44.203.307€ de receita cobrada total pode-se observar alguma assimetria no nível de receitas totais dos municípios, sendo que 4 estão acima da média e 9 abaixo.

Sendo a receita total, um indicador correlacionado com a dimensão do município, é fundamental numa perspetiva relativa, a análise do grau de cumprimento do orçamento de receita através da comparação entre a receita prevista e a concretizada (cobrada). Assim, no ano de 2016, destaca-se o município do Seixal com um grau de execução de 104,4%, seguido de Almada com 102,4% e Montijo com 101,9%. O município de Setúbal apresenta o menor grau de execução, com 64,4%.

Tabela nº 4 - Receita Cobrada por Município - Triénio 2014-2016 (m€)

Municípios	2014		2015		2016		Evolução 2014/2016	
	Valor	Grau de Execução	Valor	Grau de Execução	Valor	Grau de Execução	Valor	%
Seixal	110 988	91,6%	81 133	72,5%	<b>119 996</b>	104,4%	9 007	8,1%
Setúbal	64 507	52,6%	81 430	65,5%	<b>83 277</b>	64,4%	18 770	29,1%
Almada	76 923	101,4%	83 086	103,4%	<b>81 733</b>	102,4%	4 811	6,3%
Barreiro	41 282	90,7%	37 848	85,9%	<b>51 786</b>	91,0%	10 504	25,4%
Sesimbra	42 971	75,0%	40 734	84,1%	<b>42 874</b>	85,5%	-97	-0,2%
Palmela	39 681	105,3%	40 860	103,3%	<b>40 548</b>	96,8%	867	2,2%
Moita	32 554	102,8%	29 617	96,6%	<b>29 618</b>	95,6%	-2 936	-9,0%
Montijo	26 303	95,7%	24 688	100,1%	<b>28 584</b>	101,9%	2 281	8,7%
Santiago do Cacém	23 025	74,9%	23 116	82,6%	<b>25 191</b>	86,1%	2 166	9,4%
Grândola	n.d.	n.d.	18 528	93,9%	<b>20 832</b>	97,6%	n.d.	n.d.
Sines	16 632	48,4%	21 871	68,8%	<b>19 285</b>	74,0%	2 654	16,0%
Alcácer do Sal	14 612	71,8%	17 194	77,5%	<b>16 088</b>	67,4%	1 476	10,1%
Alcochete	12 021	56,8%	14 055	67,3%	<b>14 829</b>	67,7%	2 808	23,4%
<b>Média Distrital</b>	<b>41 792</b>	<b>80,6%</b>	<b>39 551</b>	<b>84,7%</b>	<b>44 203</b>	<b>87,3%</b>	<b>2 412</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: Elaboração Própria

Tabela nº 5 – Receita Próprias por Município - Triénio 2014-2016 (m€)

Municípios	2014			2015			2016			Evolução 2014/2016	
	Valor	Grau de Execução	Peso nas Receitas Totais	Valor	Grau de Execução	Peso nas Receitas Totais	Valor	Grau de Execução	Peso nas Receitas Totais	Valor	%
Seixal	61 983	90,8%	55,8%	65 583	102,9%	80,8%	<b>71 390</b>	107,9%	59,5%	9 407	15,2%
Almada	57 608	104,0%	74,9%	59 804	104,4%	72,0%	<b>62 369</b>	104,7%	76,3%	4 761	8,3%
Setúbal	49 795	46,1%	77,2%	54 817	61,2%	67,3%	<b>57 770</b>	57,3%	69,4%	7 975	16,0%
Sesimbra	32 369	72,4%	75,3%	32 921	83,9%	80,8%	<b>34 323</b>	91,0%	80,1%	1 954	6,0%
Palmela	31 016	105,3%	78,2%	32 167	107,2%	78,7%	<b>30 997</b>	96,1%	76,4%	-19	-0,1%
Barreiro	29 488	90,9%	71,4%	27 003	83,5%	71,3%	<b>28 198</b>	92,2%	54,5%	-1 290	-4,4%
Montijo	17 899	94,5%	68,1%	16 042	99,7%	65,0%	<b>19 726</b>	101,4%	69,0%	1 827	10,2%
Moita	18 166	90,1%	55,8%	18 478	96,2%	62,4%	<b>18 190</b>	96,4%	61,4%	23	0,1%
Alcochete	8 860	81,4%	73,7%	10 762	102,0%	76,6%	<b>11 572</b>	99,5%	78,0%	2 712	30,6%
Grândola	n.d.	n.d.	n.d.	11 000	100,3%	59,4%	<b>11 296</b>	98,6%	54,2%	n.d.	n.d.
Santiago do Cacém	10 916	63,6%	47,4%	10 566	79,5%	45,7%	<b>11 266</b>	81,1%	44,7%	350	3,2%
Sines	8 563	39,3%	51,5%	10 050	55,1%	46,0%	<b>10 726</b>	71,2%	55,6%	2 163	25,3%
Alcácer do Sal	5 095	54,0%	34,9%	6 316	58,2%	36,7%	<b>6 081</b>	48,4%	37,8%	986	19,4%
<b>Média Distrital</b>	<b>27 647</b>	<b>77,7%</b>	<b>63,7%</b>	<b>27 347</b>	<b>87,2%</b>	<b>64,8%</b>	<b>28 762</b>	<b>88,1%</b>	<b>62,8%</b>	<b>1 115</b>	<b>4,0%</b>

Fonte: Elaboração Própria

A tabela nº 5 evidencia as receitas próprias por município, estando ordenada pela coluna de receita própria cobrada em 2016. As receitas próprias representam as receitas que o município consegue gerar, retirando-se para o efeito as receitas provenientes de transferência do Estado (correntes e de capital), bem como, as



decorrentes de passivos financeiros (financiamentos contraídos a instituições financeiras). Esta situação é confirmada se observarmos o peso das receitas próprias sobre as receitas totais, rácio também conhecido como indicador de independência financeira. Enquanto Sesimbra apresenta o melhor rácio de receitas próprias, situando-se nos 80,1% e o município de Alcácer do Sal com menor peso das receitas próprias, com apenas 37,8%. Sendo a média de independência financeira do distrito em 2016 de 62,8%, tal como Sesimbra, mais três municípios apresentam um rácio superior a 70%, nomeadamente Almada, Palmela e Alcochete. De 2014 para 2016 verifica-se que a maioria dos municípios sofreu um acréscimo no valor das suas receitas próprias, sendo as mais acentuadas nos municípios de Alcochete e Sines. Por outro lado, o município do Barreiro foi o que registou a maior quebra a este nível.

Quanto ao grau de execução das receitas próprias, em 2016, é liderado largamente pelo município de Seixal (107,9%), tal como já se verificava no grau de execução total. Já o município de Alcácer do Sal apresenta o menor grau de execução das receitas próprias, com 48,4%. A análise do grau de execução é extremamente importante, sabendo-se que um orçamento público deve ser equilibrado, isto é, as receitas estimadas devem cobrir as despesas previstas. Desta forma, a baixa concretização das receitas previstas condiciona a realização das despesas orçamentadas, especialmente ao nível do seu pagamento.

Tabela nº 6 – Despesa Paga por Município - Triénio 2014-2016 (m€)

Municípios	2014		2015		2016		Evolução 2014/2016	
	Valor	Grau de Execução	Valor	Grau de Execução	Valor	Grau de Execução	Valor	%
Seixal	108 617	88,9%	75 638	65,6%	<b>112 199</b>	90,6%	3 582	3,3%
Almada	73 368	89,8%	82 705	89,4%	<b>89 640</b>	86,4%	16 272	22,2%
Setúbal	65 613	52,1%	77 653	61,3%	<b>88 118</b>	65,1%	22 505	34,3%
Barreiro	40 717	87,4%	38 131	82,5%	<b>50 565</b>	86,0%	9 849	24,2%
Sesimbra	42 965	75,0%	40 416	83,4%	<b>41 851</b>	83,5%	-1 114	-2,6%
Palmela	38 207	90,8%	40 188	90,7%	<b>41 312</b>	87,9%	3 104	8,1%
Moita	30 285	91,0%	30 832	89,1%	<b>31 155</b>	92,5%	870	2,9%
Montijo	24 360	88,6%	24 986	91,8%	<b>25 367</b>	90,4%	1 007	4,1%
Santiago do Cacém	23 248	75,0%	23 113	82,1%	<b>24 250</b>	82,2%	1 003	4,3%
Grândola	n.d.	n.d.	18 230	84,9%	<b>19 753</b>	84,4%	n.d.	n.d.
Sines	17 322	50,4%	22 061	69,4%	<b>19 275</b>	73,9%	1 953	11,3%
Alcácer do Sal	15 354	70,0%	16 256	70,6%	<b>15 481</b>	60,1%	127	0,8%
Alcochete	11 960	56,9%	14 074	66,6%	<b>13 815</b>	63,3%	1 855	15,5%
<b>Média Distrital</b>	<b>41 001</b>	<b>76,3%</b>	<b>38 791</b>	<b>79,0%</b>	<b>44 060</b>	<b>80,5%</b>	<b>3 059</b>	<b>7,5%</b>

Fonte: Elaboração Própria

A tabela nº 6 evidencia o total de despesa executada, ou seja, a despesa paga no exercício, bem como o seu grau de execução face às previsões. Estando ordenada pelo total de despesa paga em 2016, verifica-se que os municípios com maior valor total de despesa estão associados à sua dimensão, tal como já verificado ao nível das receitas. Também no total de despesa, Seixal é o município que apresenta o maior valor. Podemos observar que o nível de despesa paga está dependente do nível de receitas cobradas, pelo que não são expetáveis alterações significativas na posição dos municípios. Contudo, é de destacar o município de Alcochete que encerra a tabela no valor total da despesa paga em 2016.

Relativamente a 2014, a maioria dos municípios teve um acréscimo na despesa executada, com destaque para Setúbal (34,3%) e Barreiro (24,2%). Importa salientar, que o município de Sesimbra foi o único a apresentar um decréscimo da despesa executada (-2,6%).

Seguidamente apresentamos a tabela nº 7 relativa às despesas correntes e de capital executadas, nos anos de 2014 e 2016 nos municípios do distrito de Setúbal. Efetuando a ordenação pela despesa corrente de 2016, que corresponde ao somatório dos Investimentos, Locação Financeira e Bens do Domínio Público, verifica-se que os municípios de grande dimensão são os que apresentam maiores valores absolutos.

Se analisarmos a variação ocorrida de 2014 para 2016, salientam-se pelo investimento verificado, os municípios de Setúbal (152,7%) e o do Barreiro (126,9%) e pelo desinvestimento ocorrido, os municípios de Sesimbra (-21,3%), de Alcácer do Sal (-14,6%) e o de Sines (10,5%).

Relativamente à despesa corrente executada no período em análise e que se evidencia também na tabela 7, verificamos que os três municípios de grande dimensão, são com esperado, os que apresentam maior nível de execução e ordenam-se de acordo com o número de habitantes, ou seja, Almada surge em primeiro lugar, seguida do Seixal e de Setúbal. No que respeita à variação dos três anos analisados, verificamos que há um aumento generalizado de 2014 para 2016 da execução da despesa corrente, sendo as mais significativas em Sines (18,8%) e em Almada (17,4%). Seixal, Barreiro e Moita contrariam essa tendência. Em média, no distrito, a despesa corrente executada, desceu 1,9%.

Tabela nº 7 – Despesa Corrente vs. Despesa Capital por Município - Triénio 2014-2016 (m€)

Municípios	2014		2015		2016		Evolução 2014/2016	
	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital
<b>Almada</b>	57 563	15 805	61 405	21 300	<b>67 569</b>	22 071	17,4%	39,6%
<b>Seixal</b>	71 400	37 217	55 319	20 319	<b>60 166</b>	52 032	-15,7%	39,8%
<b>Setúbal</b>	53 589	12 024	57 002	20 650	<b>57 736</b>	30 383	7,7%	152,7%
<b>Palmela</b>	33 830	4 378	35 049	5 138	<b>34 443</b>	6 868	1,8%	56,9%
<b>Sesimbra</b>	31 117	11 848	31 120	9 296	<b>32 530</b>	9 321	4,5%	-21,3%
<b>Barreiro</b>	32 310	8 407	29 928	8 203	<b>31 492</b>	19 074	-2,5%	126,9%
<b>Moita</b>	24 498	5 787	24 568	6 264	<b>23 674</b>	7 481	-3,4%	29,3%
<b>Montijo</b>	21 657	2 703	21 452	3 534	<b>22 112</b>	3 255	2,1%	20,4%
<b>Santiago do Cacém</b>	19 595	3 653	19 368	3 745	<b>19 760</b>	4 490	0,8%	22,9%
<b>Grândola</b>	n.d.	n.d.	15 441	2 788	<b>15 920</b>	3 833	n.d.	n.d.
<b>Sines</b>	12 883	4 439	13 654	8 407	<b>15 300</b>	3 974	18,8%	-10,5%
<b>Alcácer do Sal</b>	13 404	1 949	13 752	2 503	<b>13 817</b>	1 664	3,1%	-14,6%
<b>Alcochete</b>	10 571	1 390	12 104	1 971	<b>11 853</b>	1 962	12,1%	41,2%
<b>Média Distrital</b>	31 868	9 133	30 013	8 778	<b>31 259</b>	12 801	-1,9%	40,2%

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela nº8, situando-nos no ano de 2016, verificamos que, em valor absoluto (milhares de euros), nos municípios do distrito de Setúbal, é o do Seixal que apresenta o valor mais elevado (32.435) representando mais do dobro da média distrital, que se situa nos 15.788 milhares de euros. No entanto, se a análise for efetuada tendo em conta o peso relativo da despesa com pessoal, no total da despesa do município, verificamos que o seu valor é bastante mais baixo que o peso da média nacional, representando o primeiro 28,9%, enquanto a média nacional se situa nos 40,1%.

Analisando ainda o ano de 2016, verificamos que, os municípios do, Montijo, Alcochete, Alcácer do Sal, Moita, Grândola, Palmela, Sesimbra e Santiago do Cacém, apresentam todos, percentualmente, um peso maior que a média nacional, quando analisamos o peso da despesa com pessoal, na despesa total. A despesa com pessoal, no município do Montijo, nos 3 anos em análise, é sempre superior a 51% do total da despesa.

Em termos de evolução, de 2014 para 2016, constatamos que os municípios de, Seixal, Sesimbra, Sines e Palmela, apresentam, nesse período um valor negativo, ou seja, o peso com a despesa com pessoal, diminuiu no triénio. Essa diminuição varia entre -1% e -2%.

Tabela nº 8 – Despesa com Pessoal por Município - Triénio 2014-2016 (m€)

Municípios	2014		2015		2016		Evolução 2014/2016	
	Valor	Peso na Despesa Total	Valor	Peso na Despesa Total	Valor	Peso na Despesa Total	Valor	%
Seixal	32 811	30,2%	32 827	43,4%	<b>32 435</b>	28,9%	-376	-1,1%
Almada	28 170	38,4%	29 833	36,1%	<b>30 941</b>	34,5%	2 771	9,8%
Setúbal	24 223	36,9%	25 122	32,4%	<b>25 455</b>	28,9%	1 232	5,1%
Palmela	17 607	46,1%	17 266	43,0%	<b>17 480</b>	42,3%	-127	-0,7%
Sesimbra	17 414	40,5%	17 006	42,1%	<b>17 065</b>	40,8%	-345	-2,0%
Barreiro	14 643	36,0%	14 240	37,3%	<b>14 707</b>	29,1%	64	0,4%
Moita	13 951	46,1%	13 888	45,0%	<b>13 806</b>	44,3%	-145	-1,0%
Montijo	12 845	52,7%	12 911	51,7%	<b>13 243</b>	52,2%	398	3,1%
Santiago do Cacém	9 730	41,9%	9 610	41,6%	<b>9 756</b>	40,2%	26	0,3%
Grândola	n.d.	n.d.	8 663	47,5%	<b>8 507</b>	43,1%	n.d.	n.d.
Sines	7 818	45,1%	7 642	34,6%	<b>7 682</b>	39,9%	-136	-1,7%
Alcácer do Sal	6 751	44,0%	7 183	44,2%	<b>7 350</b>	47,5%	599	8,9%
Alcochete	6 530	54,6%	6 833	48,5%	<b>6 816</b>	49,3%	286	4,4%
<b>Média Distrital</b>	<b>16 041</b>	<b>42,7%</b>	<b>15 617</b>	<b>42,1%</b>	<b>15 788</b>	<b>40,1%</b>	<b>-253</b>	<b>-1,6%</b>

Fonte: Elaboração Própria

Tabela nº 9 – Grau de Cobertura da Despesa pela Receita por Município - Triénio 2014-2016

Municípios / Indicadores	Grau de execução da receita liquidada relativamente às despesas comprometidas			Grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Montijo	106,3%	99,5%	110,5%	108,0%	98,8%	<b>112,7%</b>
Alcochete	71,9%	81,0%	93,4%	100,5%	99,9%	<b>107,3%</b>
Seixal	96,1%	104,8%	103,2%	102,2%	107,3%	<b>106,9%</b>
Grândola	n.d.	94,6%	97,3%	n.d.	101,6%	<b>105,5%</b>
Alcácer do Sal	84,7%	95,0%	86,2%	95,2%	105,8%	<b>103,9%</b>
Santiago do Cacém	88,4%	92,3%	96,8%	99,0%	100,0%	<b>103,9%</b>
Sesimbra	85,0%	90,9%	92,0%	100,0%	100,8%	<b>102,4%</b>
Barreiro	90,7%	90,0%	92,2%	101,4%	99,3%	<b>102,4%</b>
Sines	72,0%	76,7%	73,7%	96,0%	99,1%	<b>100,1%</b>
Palmela	106,1%	99,8%	96,3%	103,9%	101,7%	<b>98,2%</b>
Moita	104,5%	89,1%	97,8%	107,5%	96,1%	<b>95,1%</b>
Setúbal	57,5%	74,0%	71,8%	98,3%	104,9%	<b>94,5%</b>
Almada	100,5%	95,4%	86,4%	104,8%	100,5%	<b>91,2%</b>
<b>Média Distrital</b>	<b>88,6%</b>	<b>91,0%</b>	<b>92,1%</b>	<b>101,4%</b>	<b>101,2%</b>	<b>101,9%</b>

Fonte: Elaboração Própria

A primeira parte da tabela nº 9 evidencia o nível de cobertura da despesa comprometida pela total de receita liquidada. Este rácio representou, ao longo dos anos, o desequilíbrio orçamental de muitos municípios, os quais

assumiam compromissos muito superiores à receita que emitiam e que se poderia traduzir em cobrança efetiva. O desequilíbrio registado entre estas duas rubricas contribuiu para o aumento da dívida de vários municípios. Contudo, com a implementação da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso (Lei nº 8/2012), a assunção de compromissos passou a estar condicionada à previsão de receita de curto prazo, tendo contribuído progressivamente para a diminuição deste rácio. Podemos observar pela tabela 9, que o ajustamento se mantém nos municípios do distrito, subindo a média distrital de 88,6%, em 2014, para 92,1% em 2016.

Os municípios de Setúbal, Alcochete e Sines apresentam os menores rácios em 2014, tendo evoluído ao longo do triénio. Por outro lado, outros municípios como Palmela, Moita ou Almada baixaram ligeiramente o grau de cobertura da despesa comprometida, mantendo-se, à exceção de Almada, acima dos 95%. Os municípios do Seixal e Moita são aqueles que apresentam melhor rácio no último ano de análise. De referir que alguma parte do desequilíbrio apresentado pode ter sido anulado, através do uso dos saldos de gerência

Relativamente ao grau de cobertura da despesa executada (paga) pela receita cobrada líquida, pode-se observar que a média do distrito está ligeiramente a cima dos 100%, o que pode evidenciar a criação de excedentes orçamentais. Destacam-se neste aspeto os municípios do Montijo, Alcochete, Seixal e Grândola com um rácio superior a 105%. No sentido inverso, os municípios de Almada, Setúbal, Moita e Palmela apresentam um grau de cobertura inferior a 100%, pelo que o défice de tesouraria, pode ter sido assegurado por saldos de gerência de anos anteriores.

#### **4 – CONCLUSÃO**

A informação contabilística é uma fonte de informação para apoiar a gestão na tomada de decisão, quer através da sua consulta direta, quer como suporte ao cálculo de indicadores.

Na Administração Pública, a publicação em 2015, do SNC-AP que veio revogar o POCP e os seus planos setoriais a partir de 1 de janeiro de 2018, vem aproximar a informação contabilística em Portugal, quer a nível nacional como setor privado, quer a nível internacional com as normas de contabilidade públicas. No que se refere aos subsistemas de aplicação obrigatória, o SNC-AP, manteve os previstos no POCP, ou seja, continua a ser obrigatório implementar a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira/patrimonial e a contabilidade de gestão/analítica.

Quanto à contabilidade orçamental, nos dois normativos referidos, o acompanhamento do ciclo orçamental do orçamento, é efetuado em partidas dobradas e na classe zero, todavia, quanto à informação obtida, a NCP26 do SNC apresenta-se de forma a que, nessa classe, quer relativamente à receita, quer relativamente à despesa, os registos contabilísticos efetuados, se iniciem com a aprovação do orçamento (abertura) e termine no encerramento, acrescentando face ao POCP e planos setoriais, face à receita, a informação da execução do orçamento e face à despesa, todas as fases que completam a execução do orçamento e que são posteriores ao compromisso.

Neste estudo, demos principal realce à contabilidade orçamental e à análise de desempenho orçamental, efetuado com base na informação contabilística, especificamente nos municípios do distrito de Setúbal. Essa análise compreendeu os anos de 2014, 2015 e 2016 e analisou-se por município, a: receita cobrada, receita próprias, despesa paga, despesa corrente vs. despesa capital, despesa com pessoal e grau de cobertura da despesa pela receita.

Qualquer das tabelas relativas aos municípios do distrito de Setúbal, apresentaram os valores em milhares de euros, por ano e por município, bem como a evolução, em valor absoluto e relativo, de 2014 para 2016.

Ordenados pelo valor apresentado para o ano de 2016, verificamos que, na receita cobrada, na receita própria, na despesa paga e na despesa com pessoal, é o município de Seixal, que apresenta o valor mais elevado, com valores muito elevados face à média do distrito, que como se viu, na sua composição tem um peso muito significativo de municípios de média dimensão. Quando se faz o mesmo raciocínio relativamente à despesa corrente vs. Despesa de capital, é o município de Almada que apresenta o valor mais alto, sendo seguido do Seixal e, por fim, no grau de cobertura da despesa pela receita verifica-se que, tanto no grau de execução da receita liquidada relativamente às despesas comprometidas, como no grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga, o município que apresenta o valor percentual mais elevado é o Montijo.

## BIBLIOGRAFIA

- Assembleia da República – Lei nº2/2007 de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais.
- Assembleia da República - Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso
- Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. Jorge, S., (2017), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2016*, Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Carvalho, J. e Ribeiro, V., (2004), *Os Planos Setoriais Decorrentes do Plano do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, Revista n.º 56 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, P. 20-31.
- Carvalho, J. B., Jorge, S., Fernandes, M. J., e Camões, P., (2005), *Implementação do novo sistema de Contabilidade Autárquica – Conformidade e Fiabilidade da Informação Relatada*, Revista n.º 65 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, P. 26-35.
- Finanças, Portaria n.º 128/2017 de 5 de abril
- Finanças, Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto – Regime Simplificado do SNC-AP
- Frade C., (2003), *Gestão das organizações públicas e controlo do imobilizado*, Áreas Editora, Lisboa.
- Ministério das Finanças, Decreto-Lei nº 232/1997 de 3 de setembro - POCP
- Ministério das Finanças, Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro - SNC-AP
- Pinto, A. C. e Santos, P. G., (2005), *Gestão Orçamental Pública*, Editora Publisher Team. Lisboa.
- Teixeira, A.B., (2016), *A Contabilidade de Gestão na Administração Pública, uma evolução sustentada*, Encontro AECA, Bragança.
- Teixeira, A.B. e Ascenso, R., (2016), *Evolução do desempenho Orçamental das Freguesias da Região de Lisboa e Vale do Tejo no período de 2009 a 2012*, I Congresso Internacional de Contabilidade Pública, Setúbal.
- Teixeira, A.B. e Ndeunyma, D., (2016), *A Informação contabilística na gestão das instituições de ensino superior público: estudo de caso*, Jornadas Luso Espanholas, Idanha-a-Nova, Revista GESTIN, Ano XIII – Nº 12 – junho de 2016 pag 59-79 (ISSN Nº 1645-2534)
- Teixeira, A.B., Pardal, P., Teixeira, N. e Mata, C., (2015), *A contribuição da informação contabilística numa análise comparativa de municípios: um estudo de caso*. XXV Jornadas Hispano-lusas de Gestão Científica, Ourense.
- Teixeira, A.B., Pardal, P., Mata, C. e Teixeira, N., (2013), *Os Municípios do Distrito de Setúbal – Análise Comparativa Orçamental, Económica e Financeira de 2010 e 2011*. XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Lisboa.

### Sítios de Internet (Consultados em setembro de 2017)

- Câmara Municipal do Seixal - [www.cm-seixal.pt](http://www.cm-seixal.pt)
- Câmara Municipal de Setúbal - [www.mun-setubal.pt](http://www.mun-setubal.pt)
- Câmara Municipal de Almada - [www.m-almada.pt](http://www.m-almada.pt)
- Câmara Municipal de Sines - [www.sines.pt](http://www.sines.pt)
- Câmara Municipal de Alcochete - [www.cm-alcochete.pt](http://www.cm-alcochete.pt)
- Câmara Municipal de Montijo - [www.mun-montijo.pt](http://www.mun-montijo.pt)
- Câmara Municipal da Moita - [www.cm-moita.pt](http://www.cm-moita.pt)
- Câmara Municipal de Sesimbra - [www.cm-sesimbra.pt](http://www.cm-sesimbra.pt)
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém - [www.cm-santiagocacem.pt](http://www.cm-santiagocacem.pt)
- Câmara Municipal de Grândola - [www.cm-grandola.pt](http://www.cm-grandola.pt)
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal - [www.cm-alcacerdosal.pt](http://www.cm-alcacerdosal.pt)
- Câmara Municipal de Palmela - [www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt)
- Câmara Municipal do Barreiro - [www.cm-barreiro.pt](http://www.cm-barreiro.pt)